

Respostas das Instituições Financeiras Internacionais à Pandemia da Covid-19

Miryam de Souza Minayo e Isis Pillar Cazumbá

A pandemia gerada pelo novo coronavírus é um dos desafios mais sérios que a humanidade enfrentou nos últimos tempos e gerou (e ainda está gerando) uma crise sanitária e humanitária sem precedentes. O custo total em perdas da vida humana já está próximo de 600 mil pessoas e se encontra em plena ascensão. Concomitantemente à extensa perda de vidas e à profunda crise sanitária, o mundo está vivenciando um colapso econômico que supera a Grande Depressão de 1929 e afetará severa e desigualmente o bem-estar de grande parte da população mundial. Mais ainda, assim como a Covid-19 afeta mais gravemente pessoas com problemas de saúde preexistentes, a atual crise econômica também revela sua pior face dentro dos países e nas populações mais vulneráveis.

Segundo [relatório](#) do Banco Mundial (World Bank, 2020a), as previsões mais otimistas calculam que a atual crise econômica e sanitária levará a grande aumento das pessoas vivendo em extrema pobreza e, na pior das hipóteses, na persistência prolongada da pandemia. Diante desse cenário, muitos países buscaram suporte nas instituições financeiras internacionais (IFIs) para apoiar seus esforços internos na luta contra a pandemia. A maior parte das IFIs destinou linhas de crédito rápidas para mitigar os efeitos da pandemia, criando mecanismos disponíveis para seus países-membros, inclusive oferecendo-lhes assistência técnica.

Medidas como suspensão dos pagamentos do serviço da dívida dos países mais pobres foram tomadas para ajudá-los a gerenciar o grave impacto da crise. O Grupo dos Vinte (G20) respondeu, em um primeiro momento, a esse apelo endossando a suspensão do serviço da dívida no crédito bilateral oficial no valor de cerca de 11 bilhões de dólares. Além disso, foi feito um chamamento aos credores do setor privado para que participassem dessa iniciativa em termos comparáveis.

Em maio de 2020, mais de cem países em desenvolvimento haviam recorrido a diferentes modalidades de financiamento das IFIs. Essa assistência foi a maior e mais rápida resposta de tais instituições às crises econômicas. Somada a isso, a Corporação Financeira Internacional (CFI) – braço do setor privado parte do Banco Mundial – disponibilizou 8 bilhões de dólares em financiamento pelo mecanismo de via rápida, para cerca de trezentas empresas que solicitaram suporte (World Bank, 2020b). Esse financiamento é importante para micro, pequenas e médias empresas, especialmente vulneráveis a choques globais, e ajudará na preservação de empregos.

Do ponto de vista regional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) informou que seu apoio financeiro à crise estará concentrado em quatro áreas: resposta imediata à saúde pública; redes de proteção para populações vulneráveis; produtividade econômica e emprego; e políticas fiscais para aliviar impactos econômicos. Essa instituição colocou à disposição dos países até 12 bilhões de dólares, que podem ser usados para mitigar os efeitos danosos da pandemia (BID, 2020a).

Neste capítulo são contextualizadas e descritas cronologicamente as principais medidas financeiras tomadas em resposta à pandemia. Foi realizada uma revisão dos documentos oficiais lançados por essas instituições desde o início da pandemia e analisados criticamente os discursos que, possivelmente, trazem à tona pouca novidade com relação às velhas práticas de concessão de financiamento para os países de baixa e média rendas – num momento em que urgem medidas para desacelerar o aprofundamento da desigualdade.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao longo da história houve dois grandes esforços para a concertação de um sistema financeiro interacional: o padrão-ouro (1890-1914) e o Sistema de Bretton Woods (1944-1971). As principais instituições do sistema financeiro internacional atual tiveram as suas bases estabelecidas no contexto do fim da II Guerra Mundial. O receio de uma nova crise internacional como a da década de 1930 impulsionou os Estados a acordarem medidas de regulamentação para um novo sistema monetário que pudesse favorecer a reconstrução das economias no pós-guerra e o crescimento econômico, além de orientar o comportamento financeiro entre os Estados. Em 1944, representantes de 44 países se encontraram na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos da América (EUA), para a Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas com o intuito de deliberar e assinar a chamada Carta de Bretton Woods, que deu origem ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, hoje o núcleo do Grupo Banco Mundial), que começaram a funcionar em 1947.

Banco Mundial

O Bird (de agora em diante Banco Mundial) foi idealizado para apoiar a reconstrução e recuperação econômica da Europa no pós-II Guerra. Em 1960, foi instituída a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), com o objetivo de reduzir a pobreza, fornecendo empréstimos (chamados créditos) e doações para programas que estimulassem o crescimento econômico, reduzissem as desigualdades e melhorassem as condições de vida das pessoas. Após a década de 1960, a instituição foi assumindo um papel mais destacado não apenas no apoio ao desenvolvimento de infraestruturas dos países pobres, mas também em projetos nas áreas da educação, da saúde, da agricultura e de gestão de recursos ambientais e naturais, da administração pública, do desenvolvimento financeiro e do setor privado. Hoje o Banco Mundial é uma fonte importante de assistência financeira e técnica para os países em vias de desenvolvimento em todo o mundo e conta com 187 países-membros.

O Grupo Banco Mundial é uma instância multilateral composta por cinco instituições: o Bird, a Agência Multilateral de Garantia de Investimento (AMGI), a CFI, o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (Ciadi) e a AID.

No processo decisório do Banco Mundial não se aplica o princípio da igualdade soberana; não há, portanto, um voto por país. Em seu lugar, é utilizado um sistema de cotas, ou seja, o montante de recursos depositado pelo país equivale a um percentual do capital – ações – do banco. Os cinco maiores acionistas são EUA, Japão, Alemanha, França e China. A cota também é levada em consideração para estabelecer os valores máximos de empréstimos que os países podem pedir ao banco, os quais, de maneira geral, não podem ultrapassar o valor da cota-parte.

Fundo Monetário Internacional

Em 1944, os líderes dos 44 países reunidos em Bretton Woods tinham como objetivo evitar a repetição de políticas destrutivas que pudessem desencadear outro conflito mundial. Nesse sentido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado para promover a cooperação monetária. Seu principal objetivo é garantir a estabilidade do sistema monetário internacional – sistema de taxas de câmbio e pagamentos internacionais –, o que permite que os países (e seus cidadãos) negociem entre si. Em 2012, o **mandato** do fundo foi atualizado para incluir todas as questões macroeconômicas e do setor financeiro, relacionadas à estabilidade global (IMF, 2020a).

Com o objetivo de manter a estabilidade e evitar crises no sistema monetário internacional, o FMI monitora as políticas de seus 189 países-membros, bem como os

processos de desenvolvimento econômico-financeiro nacionais, regionais e globais por meio de um sistema formal conhecido como *surveillance* (vigilância). O fundo concede empréstimos a países-membros que estão enfrentando problemas reais ou potenciais de balanço de pagamentos. Para isso, estabelece programas de ajustes junto ao país e condiciona o apoio financeiro contínuo à implementação efetiva desses ajustes. Em resposta à crise econômica global de 2008, em abril de 2009 o FMI fortaleceu sua capacidade de empréstimo e aprovou uma grande revisão de seus mecanismos de apoio financeiro, com reformas adicionais adotadas nos anos subsequentes. Essas mudanças aprimoraram o seu *kit* de ferramentas de prevenção de crises.

Assim como o do Banco Mundial, o processo decisório do FMI funciona como uma sociedade por cotas. Os EUA têm 16,51% do total das **cotas** (IMF, 2020b), portanto têm, sozinhos, o poder de inviabilizar uma decisão, uma vez que para a aprovação de uma medida pelo órgão decisório são necessários 85% das cotas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi criado em 1959, como instituição de apoio ao desenvolvimento da região, com mandato e ferramentas considerados inovadores para a época. Inicialmente, 19 países foram signatários do seu Convênio Constitutivo. Seus programas de empréstimos e cooperação técnica para projetos de desenvolvimento econômico e social iam além do mero financiamento, como era o habitual naquele momento.

Ao longo dos anos, novos países da Região das Américas foram formalizando sua associação ao banco. Igualmente, países não pertencentes à região também demonstraram interesse e reuniram as condições para se tornarem membros. Atualmente, o BID possui 48 países-membros, assim divididos: 26 são mutuários da América Latina e Caribe; dois não mutuários da região (EUA e Canadá); 16 são países europeus (Suíça, Suécia, Reino Unido, Portugal, Países Baixos, Noruega, Itália, França, Finlândia, Eslovênia, Espanha, Dinamarca, Croácia, Bélgica, Áustria e Alemanha) e quatro são países asiáticos (Japão, Israel, China e Coreia do Sul).

Para fazer parte do BID, a **regra** (BID, 2020b) é que o país solicitante seja membro da Organização dos Estados Americanos (OEA). Caso um país não regional queira se afiliar, deve fazer parte do FMI. A outra regra, que rege as duas situações, é uma subscrição de ações do capital ordinário e uma colaboração para o Fundo para Operações Especiais do Banco.

No BID, assim como no Banco Mundial e no FMI, o voto não (IDB, 2020b) atende ao princípio da soberania e, portanto, não corresponde a um voto por país. Em seu lugar, cada Estado-membro tem seu poder de voto determinado por sua subscrição de recursos ao capital ordinário da instituição.

Observação

As três instituições financeiras lançam relatórios periódicos situacionais em suas diversas áreas de atuação e fazem análises ou apontam problemas e possíveis direcionamentos ou orientações resolutivas. Desde o início da pandemia foram publicadas centenas de relatórios.

CRONOLOGIA DA RESPOSTA DAS IFIS À PANDEMIA DA COVID-19

Medidas de distanciamento social, confinamento e quarentena impuseram e estão impondo um altíssimo custo econômico e social em todo o mundo. A combinação dessas políticas resultou na redução, se não na parada completa, de atividades de produção, consumo, circulação de mercadorias e pessoas por um período incerto, desafiando a sobrevivência de empresas (micro, pequenas e grandes) e, conseqüentemente, levando milhões de trabalhadores ao desemprego. Em diversos países, que ainda se encontram em quarentena, a atividade produtiva de alguns setores permanece parada. As cadeias globais de suprimentos foram cortadas e ainda não foram retomadas em sua totalidade.

As economias do mundo, portanto, sofrem com os efeitos debilitantes da pandemia. Diante desse panorama, o FMI, o Banco Mundial e os bancos de desenvolvimento regionais enfrentam o desafio de ajudar a manter os motores da economia global funcionando. Muitos países, particularmente os de economia em desenvolvimento, têm procurado assistência dessas organizações.

Para informar como está se dando a resposta à crise sanitária do ponto de vista financeiro, serão descritos a seguir a cronologia e os principais elementos das iniciativas realizadas pelo FMI, Banco Mundial e BID desde o anúncio da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Fundo Monetário Internacional

Desde a declaração de pandemia pela OMS, em 11 de março de 2020, até o dia 31 de julho de 2020, o FMI recebeu 102 pedidos de financiamento de emergência. No dia 16 de março, cinco dias após o anúncio da OMS, o FMI publicou um [documento](#) contendo orientações para a tomada de medidas políticas, sobretudo econômicas, para enfrentar a

crise da Covid-19 (IMF, 2020c). Anunciou também que estava preparado para mobilizar sua capacidade de crédito de um trilhão de dólares para ajudar os países-membros a combaterem a pandemia e seus custos humanos, econômicos e financeiros.

No dia 25 de março, em uma **declaração conjunta**, o FMI e o Banco Mundial exortaram os credores bilaterais oficiais a suspender os pagamentos do serviço da dívida dos países mais pobres (IMF, 2020d). A iniciativa foi considerada poderosa e de ação rápida, capaz de liberar recursos que pudessem ser usados para salvar vidas e meios de subsistência. O G20 respondeu ao apelo concordando com a suspensão do serviço da dívida dos países mais pobres no crédito bilateral oficial no valor de cerca de 11 bilhões de dólares. O FMI, o Banco Mundial e o G20 também solicitaram aos credores do setor privado que participassem dessa iniciativa em termos comparáveis, o que poderia adicionar mais 7 bilhões de dólares em alívio.

Dois dias depois, o Conselho Executivo do Fundo **aprovou algumas modificações** (IMF, 2020e) imediatas em seu Fundo Fiduciário de Assistência a Desastres e Contenção (FFACC), para oferecer alívio ao serviço da dívida dos países-membros mais pobres e vulneráveis. Graças ao FFACC, o FMI pode conceder subsídios para o alívio da dívida a países de baixa renda habilitados, após desastres naturais e emergências de saúde graves que se espalham rapidamente. Para o contexto atual, as modificações no FFACC expandiram os critérios que possibilitaram abranger melhor as circunstâncias criadas por uma pandemia global e se concentraram em fornecer suporte para as necessidades mais imediatas.

Em 15 de abril, o Conselho Executivo aprovou o **estabelecimento de uma Linha de Liquidez de Curto Prazo (LLCP)** para contribuir com o fortalecimento da rede de segurança financeira global, como parte da resposta à pandemia (IMF, 2020f). Essa modalidade é um mecanismo de apoio rotativo e renovável para os países-membros que têm políticas econômicas fortes e precisam de apoio moderado à balança de pagamentos no curto prazo. Nesses casos, a LLCP fornece acesso rotativo de até 145% da cota.

No dia 20 de maio, o número países que pediram financiamento de emergência aumentou fortemente, ultrapassando 100. Com o intuito de dar conta da ampla demanda, o **FMI dobrou o acesso a suas instalações de emergência** (IMF, 2020g) – **Rapid Credit Facility** (IMF, 2020h) e **Rapid Financing Instrument** (IMF, 2020i) –, para possibilitar o desembolso de cerca 100 bilhões em financiamento. Essas medidas permitiram que o fundo fornecesse assistência de emergência rapidamente, sem necessidade de apresentação de um programa completo e sem as condicionalidades mais tradicionais previstas pela instituição. Desse modo, até o final de maio seu Conselho Executivo havia

aprovado financiamentos a mais de 60 países, um recorde na história do fundo. Esse número aumentou para mais de 70 até o fim do mês de julho.

Além dos empréstimos, financiamentos e alívios oferecidos pelo FMI no contexto da pandemia, o FMI está fornecendo consultoria em tempo real sobre políticas de apoio ao desenvolvimento de capacidades a cerca 160 países. A consultoria abrange temas e questões urgentes, como gerenciamento de caixa, supervisão financeira, segurança cibernética e governança econômica. Os especialistas técnicos também estão trabalhando com os países para revisar e atualizar suas estratégias de gestão da dívida.

Banco Mundial

Com o intuito de amortecer os impactos econômicos e sociais nos países em desenvolvimento, menos de uma semana após o anúncio da pandemia da Covid-19, em 17 de março, o Conselho Executivo do Banco Mundial e o Conselho de Administração da CFI **aprovaram um pacote de financiamento de desembolso acelerado de 14 bilhões** de dólares para ajudar empresas e países em seus esforços de prevenção, detecção e resposta à disseminação do novo coronavírus (BM, 2020a). A medida conta com empréstimos a empresas privadas do setor da saúde.

Em 2 de abril de 2020, o Banco Mundial anunciou que estava preparado para desembolsar até 160 bilhões de dólares nos 15 meses subsequentes. Isso inclui 50 bilhões de dólares em novos recursos da AID por meio de doações e empréstimos altamente concessionais. Esse desembolso total, segundo o banco, tem como objetivo reduzir o tempo de recuperação, criar condições de crescimento, apoiar pequenas e médias empresas e ajudar a proteger os pobres e vulneráveis. O Banco Mundial anunciou que para essas operações está focalizando fortemente a pobreza, com ênfase no financiamento baseado em políticas de proteção das famílias mais necessitadas e do meio ambiente.

Nesse mesmo dia foi lançado o primeiro grupo de projetos utilizando o mecanismo de via rápida dedicado à Covid-19, no valor de 1,9 bilhão de dólares em assistência financeira a 25 países. Também em 2 de abril o Banco Mundial lançou o primeiro lote de projetos específicos para a América Latina e o Caribe. As iniciativas faziam parte da resposta global do banco à Covid-19, sendo que na primeira fase estava previsto apoio num total de 14 bilhões de dólares.

No dia 1º de maio, entrou em vigor a **Iniciativa de Suspensão de Pagamentos do Serviço da Dívida (DSSI)** (World Bank, 2020c). A instituição trabalhou com o FMI para instar os credores bilaterais oficiais a conceder alívio da dívida aos países mais pobres

do mundo, ou seja, àqueles que se qualificam para receber financiamento da AID. O G20 concordou em aplicar uma abordagem coordenada, e os credores privados foram incentivados a contribuir com esse esforço também. A iniciativa permite que os países mais pobres liberem recursos para responder à pandemia do Covid-19 e promove a transparência e a sustentabilidade da dívida.

Sobre a iniciativa, David Malpass, presidente do Banco Mundial, **observou** que ela abre caminho para medidas há muito esperadas para aumentar a transparência e a sustentabilidade da dívida e do investimento (BM, 2020b). Essa decisão teve apoio do G20, que propôs a criação de um *site* que mostre a composição dos pagamentos anuais esperados do serviço da dívida dos 73 países que podem receber alívio. A transparência de todos os investimentos e compromissos financeiros é um passo fundamental para a criação de um clima de investimento atraente que permitirá, segundo David Malpass, alcançar melhores resultados para os habitantes dos países em desenvolvimento.

Em 19 de maio, o Banco Mundial anunciou que suas operações de emergência para combater a Covid-19 haviam alcançado 100 países em desenvolvimento, representando 70% da população mundial. Essa assistência é a maior e mais rápida resposta a crises na história do Grupo Banco Mundial.

Em princípios de julho, o Banco Mundial **comunicou** que para apoiar os programas de emergência desde o início da pandemia, o financiamento concedido pela entidade foi aumentado significativamente durante o exercício fiscal de 2020 (EF2020), encerrado no dia 1º de julho (BM, 2020b). O valor total dos compromissos que o banco assumiu foi de 74 bilhões de dólares – um incremento de 14,6 bilhões.

Num **balanço geral**, o apoio prestado pelo Bird a países de renda média atingiu 28,5 bilhões de dólares no ano fiscal de 2020, o que representa um aumento de 23,2 bilhões em relação ao ano anterior (World Bank, 2020d). Os empréstimos e doações da AID para os países mais pobres atingiram 30,4 bilhões. Uma proporção significativa do financiamento do Banco Mundial (Bird e AID) durante o EF2020 foi para ajudar os países a combaterem a pandemia do Covid-19. Como parte desse financiamento, entre março e o final de junho o banco aprovou um montante de 6,3 bilhões de dólares destinados a fornecer apoio emergencial à saúde em 108 países, incluindo 33 Estados frágeis e afetados por conflitos e 22 pequenos Estados. Esse montante inclui um desembolso significativo da CFI em apoio a empresas privadas – inclusive as do setor Saúde.

Com os financiamentos concedidos, juntamente com assistência técnica, aconselhamento político e apoio analítico, pretende-se ajudar os países a lidar com os profundos impactos econômicos, sociais e sanitários da pandemia.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Quando o surto da Covid-19 ainda era caracterizado pela OMS como Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional, em janeiro de 2020, o Grupo BID aumentou a disponibilidade de recursos e ajustou seus instrumentos de empréstimo, a fim de acelerar seu apoio aos países afetados pelo vírus.

Em 26 de março de 2020, após extenso diálogo com os governos de seus países-membros e análise técnica de seus especialistas, o Grupo BID **anunciou** (BID, 2020a) que seu apoio ao enfrentamento da pandemia na região se concentraria em quatro áreas: resposta imediata à saúde pública; redes de proteção para populações vulneráveis; produtividade econômica e emprego e políticas fiscais para aliviar impactos econômicos. Ademais, comunicou que além de reprogramar a carteira existente de projetos para a área da saúde enfrentar a crise, o banco poderia direcionar 3,2 bilhões de dólares adicionais ao programa de empréstimos inicialmente estipulado para 2020. Esses fundos, somados aos recursos disponíveis já programados para 2020, colocariam à disposição dos países até 12 bilhões de dólares para enfrentarem a crise e suas sequelas. Também está disponível um orçamento de 5 bilhões de dólares do BID Invest para o setor privado. Desse total, 4,5 bilhões vêm de seu programa de investimentos, com foco nas empresas impactadas pela crise. Além disso, o BID Invest está trabalhando em um novo mecanismo de mitigação de crises, no valor de 500 milhões de dólares, visando a apoiar investimentos que proporcionem uma resposta direta à pandemia pelo setor da saúde e pelos setores a este relacionados. Além de facilitar acesso a empréstimos de curto prazo para pequenas e médias empresas por meio de instituições financeiras e financiamento da cadeia de suprimentos.

Em 9 de junho, o **BID anunciou** a expansão dos riscos cobertos pela Linha de Crédito Contingente para Emergências de Desastres Naturais (LCCEDN) para incluir os riscos relacionados à saúde pública e à Covid-19 (IDB, 2020a). O instrumento expandido inclui uma cobertura temporária única da Covid-19, dada a magnitude sem precedentes do atual surto, e uma cobertura *ex ante* de longo prazo para futuras pandemias e epidemias. Desse modo, o banco pretende melhorar a gestão de passivos públicos contingentes dos países. Para a atual pandemia, os países podem solicitar até 90 milhões de dólares ou 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) – o que for menor. Para o futuro, poderão demandar cobertura para emergências de saúde pública de até 100 milhões de dólares ou até 1% do PIB – o que for menor.

No caso do Brasil, no dia 13 de agosto, o **BID anunciou** um empréstimo no valor de 1 bilhão de dólares destinado ao fortalecimento da capacidade de resposta emergencial

do país às necessidades das populações vulneráveis e dos trabalhadores (BID, 2020c). O empréstimo vai apoiar a execução de programas criados no período de emergência, como o Auxílio Emergencial e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, além das transferências do Bolsa Família. Os recursos serão distribuídos em dois grupos de programas emergenciais do governo: o primeiro é destinado a programas para populações em vulnerabilidade; o segundo, à preservação de empregos e renda formal. O país terá 25 anos para pagar a dívida, com um período de carência de cinco anos e meio.

O banco também estabeleceu plataformas de intercâmbio e aprendizado para disponibilizar todo o conhecimento técnico para a região e facilitar o diálogo com organizações internacionais e governos que estão colaborando para combater a pandemia.

Finalmente, o BID publicou um número expressivo de relatórios com o objetivo de analisar, monitorar e avaliar a crise que a Covid-19 impôs à região. Até o dia 31 de julho de 2020, foram lançados 54 documentos relacionados aos impactos da pandemia. Destaca-se aqui uma série de três relatórios focados em políticas públicas para ajudar a América Latina e o Caribe a lidarem com os efeitos negativos da crise sanitária: 1) **“La política pública frente al Covid-19: Recomendaciones para América Latina y el Caribe”** (Blackman *et al.*, 2020), publicado em abril. Neste informe se discutem políticas públicas para a região que havia começado a ser afetada pela pandemia; 2) **Del Confinamiento a la Reapertura: consideraciones estratégicas para el reinicio de las actividades en América Latina y el Caribe en el marco de la Covid-19** (Pagés *et al.*, 2020), lançado em maio. No documento se propõe uma série de medidas que orientam os tomadores de decisões sobre como e quando deveriam reabrir os países social e economicamente; e 3) **Salir del Túnel Pandémico con Crecimiento y Equidad: una estrategia para un nuevo pacto social en América Latina y el Caribe** (Izquierdo *et al.*, 2020), lançado em julho. Neste último relatório são descritas as opções políticas dos países para expandir suas possibilidades de enfrentar os desafios econômicos da crise, com ênfase no crescimento e na equidade.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS E SOCIAIS PÓS-PANDEMIA NOS ÂMBITOS REGIONAL E GLOBAL

O FMI publicou em junho de 2020 a revisão de seu relatório *World Economic Outlook* (WEO), de **abril** (IMF, 2020j) do mesmo ano, intitulado **“A Crisis like no other, an uncertain recovery”** (IMF, 2020k). O crescimento global foi projetado em 4,9% em 2020, o que significa 1,9 ponto percentual abaixo da previsão anterior. Segundo o documento,

no primeiro semestre de 2020 a pandemia da Covid-19 teve impacto na atividade econômica mais negativo do que o previsto, e também se projeta que a recuperação deverá ser ainda mais gradual do que o prognosticado anteriormente.

No relatório o FMI projetou o crescimento global em 2021 para 5,4%. Isso resultaria num PIB global para o próximo ano de cerca de 6,5 pontos percentuais menor do que as projeções de janeiro de 2020, anteriores à Covid-19.

Assim como nas projeções do WEO de abril de 2020, há um grau de incerteza acima do normal em torno dessa previsão. A projeção baseia-se em suposições importantes sobre as consequências da pandemia. Pela primeira vez, estimava-se um crescimento negativo para todas as regiões em 2020. Mas, ainda assim, observam-se importantes diferenças entre as economias em escala individual, em função da evolução da pandemia e da eficácia das estratégias de contenção.

Nos países com taxas de infecção em declínio, o FMI observa que a desaceleração na trajetória de recuperação econômica contemplada nas previsões atualizadas se baseia num distanciamento social persistente entrando pelo segundo semestre de 2020. Isso pode deixar grandes cicatrizes, devido ao fato de as atividades de suprimento sofrerem mais do que o esperado num confinamento no primeiro e segundo semestres de 2020 – com um possível golpe na produtividade. Nas sociedades com dificuldades em controlar as taxas de infecção, um confinamento mais longo causaria ainda mais danos às atividades econômicas. O impacto adverso sobre as famílias de baixa renda é particularmente agudo, ressalta o relatório, colocando em risco o progresso significativo feito com o investimento na redução da pobreza extrema no mundo desde década de 1990.

No documento o FMI faz um apelo a que todos os países, incluindo aqueles que parecem haver superado os picos de infecção, garantam recursos adequados aos seus sistemas de saúde. A comunidade internacional deve oferecer um apoio muito maior às iniciativas nacionais de países com capacidade limitada em seus sistemas de saúde, principalmente sob a forma de apoio e assistência financeiros, canalizando recursos para garantir acesso das populações a custo acessível a vacinas à medida que os ensaios clínicos progredirem.

Ademais, no WEO de junho se enfatiza que, nos casos que requerem confinamento, a política econômica deve continuar atenuando as perdas de renda das famílias por meio de medidas substanciais e bem direcionadas, além de oferecer apoio às empresas que sofrem as consequências de restrições obrigatórias à atividade. Em países com altas taxas de emprego informal, o confinamento obrigatório levou a desemprego e perdas abruptas de renda de muitos desses trabalhadores (entre esses, a situação pior é a dos imigrantes, geralmente separados de suas redes de apoio).

Nos casos das economias que estão reabrindo, o apoio direcionado deve ser interrompido à medida que a recuperação se inicie. E devem ser adotadas políticas que estimulem e promovam a demanda e facilitem e incentivem a realocação de recursos para setores que provavelmente estarão menores após a pandemia.

Por fim, no documento o FMI faz um apelo à necessidade da cooperação multilateral em várias áreas. E relembra que a liquidez de reserva é urgentemente necessária para os países que enfrentam crises na saúde, por meio, por exemplo, do alívio da dívida e do financiamento através da rede global de segurança financeira. Além disso, aproveitando a redução sem precedentes nas emissões de gases de efeito estufa durante a pandemia, incita as autoridades a 1) implementarem seus compromissos com a mitigação das mudanças climáticas; 2) expandirem a aplicação dos impostos utilizando critérios de equidade; 3) tributarem as emissões de carbono ou sistemas equivalentes. Por fim, convoca a comunidade internacional a agir sem demora para impedir a reincidência dessa catástrofe, organizando reservas internacionais de suprimentos e equipamentos de proteção essenciais, financiando pesquisa, sustentando os sistemas de saúde pública e estabelecendo estratégias eficazes para ajudar as pessoas mais necessitadas.

O Banco Mundial, por sua vez, também lançou, em junho, um [relatório](#) sobre as perspectivas econômicas regionais e sobre o profundo impacto da crise sanitária na desigualdade (World Bank, 2020a). Em abril, o banco havia calculado que a Covid-19 havia mergulhado entre 40 e 60 milhões de pessoas na extrema pobreza. No entanto, com a mudança do epicentro da epidemia da Europa e da América do Norte para o hemisfério sul, as estimativas do impacto do vírus na pobreza global também mudaram.

Diante da atualização das previsões de crescimento de junho realizadas pelo FMI, o Banco Mundial poderá atualizar suas estimativas. As novas previsões de crescimento contêm duas hipóteses – referência e tendência de queda – que permitem explorar duas situações diferentes na forma como a pandemia pode afetar a pobreza.

No cenário de referência, segundo o relatório, supõe-se que os surtos permaneçam nos níveis atualmente esperados de redução e que a atividade se recupere durante este ano. No cenário de tendência de queda, por sua vez, presume-se que os surtos persistam por mais tempo do que o esperado, forçando a manter ou reintroduzir medidas de contenção. Se o cenário de tendência de queda se concretizar, no relatório se prognostica que empresas vulneráveis podem desaparecer dos mercados, famílias vulneráveis reduziriam drasticamente seu consumo e países de baixa e média renda sofreriam imenso estresse financeiro. No cenário de referência, o crescimento mundial se contrai em torno de 5% em 2020, e no cenário de tendência de queda prevê-se uma contração de crescimento de 8% em 2020.

No cenário de referência, o Banco Mundial estima que 71 milhões de pessoas entrariam para a pobreza extrema, medida de acordo com a linha de pobreza internacional de 1,90 dólar por dia. No cenário de tendência de queda, esse número aumentaria para 100 milhões. Mas fica claro que as projeções do que acontecerá em 2021 e além são acompanhadas ainda de muita incerteza.

Do ponto de vista regional, no mesmo relatório de julho o Banco Mundial avaliou que a América Latina e o Caribe sofrerão uma queda de 7,2% na atividade econômica em 2020. O FMI, também em sua edição de julho do WEO, vaticinou que na América Latina, onde a maioria dos países ainda luta para conter infecções, as duas maiores economias, Brasil e México, devem se contrair 9,1 e 10,5%, respectivamente, em 2020.

* * *

Como é possível observar nos relatórios das instituições financeiras internacionais analisadas, a pandemia não apenas levou (e continua levando) os sistemas de saúde a seus limites, mas se tornou rapidamente uma ameaça para toda a economia global, em uma escala muito maior que a crise financeira de 2007-2008. Os países mais ricos responderam de forma rápida e, de modo geral, comprometeram-se com medidas econômicas de apoio consistente a seus cidadãos e ao setor privado. No entanto, a realidade foi bem diferente para os países de baixa e média rendas. Seus governos não foram capazes de oferecer tais medidas e suas populações estão fadadas a enfrentar as profundas mazelas impostas ou escancaradas pela Covid-19.

Somado-se a isso, a quarentena atingiu de maneira muito desigual a mão de obra de diferentes áreas em todo o mundo. Trabalhadores informais e de serviços como restaurantes e hotelaria padeceram com um impacto negativo particularmente agudo da pandemia – que poderá aumentar significativamente a desigualdade. Segundo o FMI, a fração da população mundial que vive em extrema pobreza (com menos de 1,90 dólar por dia), que havia caído para menos de 10% nos últimos anos (era de mais de 35%, em 1990), pode voltar a crescer devido à atual crise da Covid-19 em mais de 90% dos mercados emergentes. As economias em desenvolvimento estão **projetadas** para registrar crescimento negativo da renda *per capita* em 2020. Em países com altas taxas de emprego informal e de trabalhadores imigrantes, as quarentenas levaram a desemprego e perdas abruptas de renda para muitas pessoas. Soma-se a isso a inquietante constatação feita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2020) de que o fechamento generalizado de escolas, em cerca de 150 países até o final de maio, afetou aproximadamente 1,2 bilhão de crianças em idade escolar (cerca de 60% do total global) em todo o mundo (Unesco). Esse fato

terá efeitos desproporcionalmente negativos sobre as perspectivas principalmente nos países de baixa renda, afetando significativamente a aprendizagem dessas crianças e o seu futuro, entre outros fatores.

Diante desse panorama pouco alentador, as instituições financeiras multilaterais procuraram exercer um papel central no apoio aos países mais afetados pelo ônus social, financeiro e sanitário da Covid-19, e agiram de forma rápida com recursos financeiros e um conjunto de ferramentas para lidar com o impacto da pandemia.

No entanto, o **discurso do presidente do Banco Mundial na Conferência virtual de Ministros da Economia do G20**, em 23 de março, parece indicar que as tradicionais condicionalidades do FMI e do Banco Mundial, ainda que tenham sido flexibilizadas diante da emergência atual, continuam presentes nas negociações bilaterais (BM, 2020c). Malpass destacou que os países precisam implementar reformas estruturais para reduzir o tempo de recuperação e criar confiança de que os níveis de retomada de crescimento podem ser altos. E ressaltou que o Banco Mundial trabalhará para promover mercado e perspectivas de crescimento naqueles países que são impedidos por contarem com muitos regulamentos, subsídios, regimes de licenciamento, proteção comercial ou litígio.

Outro fato que relativiza a extensão das medidas apresentadas é o pronunciamento da diretora do FMI, Kristina Georgieva, poucos dias depois do discurso de Malpass. Ela **anunciou** que o fundo estava revisando seus instrumentos de empréstimo para examinar o que poderia ser readequado para o contexto da pandemia (IMF, 2020). E exemplificou sugerindo que expandir o uso de linhas de crédito preventivas ou antecipar provisões de liquidez de curto prazo nos instrumentos já existentes poderia ser uma alternativa para que os países acessem os recursos do FMI. Em outras palavras, o FMI conclamava os países a continuarem requerendo seus empréstimos através dos mecanismos tradicionais.

Com relação à fundamental iniciativa de alívio do pagamento do serviço da dívida para os países mais pobres, liderada pelo FMI e Banco Mundial, o G20, em sua reunião de julho, adiou para outubro qualquer possível extensão. Essa iniciativa poderia desafogar as economias mais pobres e permitir que esses recursos fossem investidos no enfrentamento das demandas ligadas à pandemia. Segundo o **comunicado**, foram beneficiados 42 dos 73 países elegíveis e o G20 continuará trabalhando para uma ampliação no segundo semestre (G20, 2020). Mas não sem antes considerar o desenvolvimento da situação da pandemia Covid-19 e as conclusões de um relatório do FMI e do Banco Mundial sobre as necessidades de liquidez dos países elegíveis – que serão submetidas ao G20 antes da reunião de outubro de 2020.

Essa mudança de tom é um desalento para as populações mais vulneráveis. Em sentido conexo, a priorização de políticas fiscais e soluções orientadas para o mercado têm efeitos adversos nos sistemas públicos de saúde dos países que recebem empréstimos das instituições financeiras internacionais. Tanto as reformas estruturais como as condicionalidades contidas nos mecanismos de empréstimos convencionais implicam medidas de austeridade que têm efeitos nocivos nos sistemas e nos resultados dos sistemas de saúde. Durante décadas, esses dispositivos comprometeram particularmente os sistemas públicos de saúde dos países de menor renda. As condicionalidades restritivas dos empréstimos podem limitar a capacidade de um país de aumentar o investimento público para fornecer serviços de saúde essenciais necessários para garantir esse direito fundamental e o desenvolvimento inclusivo.

Ainda que o resultado final do impacto social e econômico da pandemia seja incerto, não restam dúvidas de que a Covid-19 provocou enorme choque mundial, acarretando recessões acentuadas em numerosos países e com trágicas consequências para as populações mais vulneráveis. Portanto, no cenário atual urge políticas consistentes para proteger os seres humanos mais afetados e melhorar a capacidade dos países para enfrentar eventos semelhantes no futuro.

Nesse sentido, as IFIs têm a chance de desempenhar um papel fundamental, mobilizando as economias desenvolvidas e chamando-as a que exerçam o espírito do multilateralismo e da solidariedade – como foi o caso da [iniciativa](#) de alívio dos serviços da dívida (World Bank, 2020e). A pandemia, diferentemente de outras crises, leva para a arena internacional a noção de que não há como superá-la de forma unilateral. Somente se todos os países do globo – ricos e pobres – puderem responder de maneira adequada à doença (em todos os sentidos) é que as sociedades alcançarão o momento pós-pandemia proximamente.

O [FMI](#), ao menos em seus escritos, se expressa no mesmo sentido:

Todos os países – incluindo aqueles que aparentemente superaram os picos de infecções – devem garantir que seus sistemas de saúde tenham os recursos adequados. A comunidade internacional deve intensificar amplamente seu apoio às iniciativas nacionais, inclusive por meio de assistência financeira a países com capacidade limitada de cuidados em saúde. Além de canalização de fundos para a produção de vacinas à medida que os testes avançam, de modo que doses adequadas e acessíveis estejam rapidamente disponíveis para todos os países. Onde os bloqueios são necessários, a política econômica deve continuar a amortecer as perdas de renda familiar com medidas consideráveis e bem direcionadas, bem como fornecer apoio às empresas que sofrem as consequências das restrições impostas à atividade (...). Uma cooperação multilateral forte continua sendo essencial em várias frentes. (IMF, 2020m, tradução nossa)

Apesar do recrudescimento do conservadorismo em nível mundial, a crise gerada pela pandemia do novo coronavírus deveria ser uma oportunidade para a mudança de paradigma das práticas das IFIs, *más allá de la retórica*.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Grupo BID anuncia áreas prioritárias de apoio aos países afetados pelo Covid-19, 26 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/noticias/grupo-bid-anuncia-areas-prioritarias-de-apoyo-aos-paises-afetados-pelo-covid-19>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). *Site*. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/how-are-we-organized>>. Acesso em: 18 set. 2020b.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). BID destina US\$ 1 bi para apoio a populações vulneráveis e trabalhadores no Brasil, 13 ago. 2020c. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/noticias/bid-destina-us-1-bi-para-apoyo-populacoes-vulneraveis-e-trabalhadores-no-brasil>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BANCO MUNDIAL (BM). La respuesta del Grupo Banco Mundial a la Covid-19 aumenta a USD 14 000 millones para ayudar a sostener las economías y proteger el empleo, 17 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2020/03/17/world-bank-group-increases-covid-19-response-to-14-billion-to-help-sustain-economies-protect-jobs>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BANCO MUNDIAL (BM). En medio de múltiples crisis, el Grupo Banco Mundial reorienta programas e incrementa el financiamiento a USD 74 000 millones en el ejercicio de 2020, 10 jul. 2020b. Disponível em: <<https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2020/07/10/amid-multiple-crises-world-bank-group-refocuses-programs-and-increases-financing-to-74-billion-in-fiscal-year-2020>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BANCO MUNDIAL (BM). Palabras del presidente del Grupo Banco Mundial, David Malpass, en la teleconferencia de Ministros de Finanzas del G-20 sobre la Covid-19, 23 mar. 2020c. Disponível em: <<https://www.bancomundial.org/es/news/speech/2020/03/23/remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-on-g20-finance-ministers-conference-call-on-covid-19>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BLACKMAN, A. *et al.* *La Política Pública frente al Covid-19: recomendaciones para América Latina y el Caribe*. Washington: IDB, 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/es/la-politica-publica-frente-al-covid-19-recomendaciones-para-america-latina-y-el-caribe>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IDB). IDB expands coverage for Covid-19 and public health risks in contingent loans, 9 Jun. 2020. Disponível em: <<https://www.iadb.org/en/news/idb-expands-coverage-covid-19-and-public-health-risks-contingent-loans>>. Acesso em: 18 set. 2020a.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IDB). Capital stock and voting power. Disponível em: <<https://www.iadb.org/en/about-us/capital-stock-and-voting-power>>. Acesso em: 18 set. 2020b.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Articles of Agreement*. Washington: International Monetary Fund, 2020a. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/index.htm>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Members' quotas and voting power, and IMF board of governors. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2020b.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Medidas de política para enfrentar a crise do coronavírus, 16 mar. 2020c. Disponível em: <<https://www.imf.org/pt/Publications/Policy-Papers/Issues/2020/03/16/Policy-Steps-to-Address-the-Corona-Crisis-49262>>. Acesso em: 18 set. 2020c.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Joint Statement World Bank Group and IMF call to action on debt of IDA countries, 25 Mar. 2020d. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/03/25/pr20103-joint-statement-world-bank-group-and-imf-call-to-action-on-debt-of-ida-countries>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). IMF enhances debt relief trust to enable support for eligible low-income countries in the wake of the Covid-19 pandemic, 27 Mar. 2020e. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/03/27/pr20116-imf-enhances-debt-relief-trust-to-enable-support-for-eligible-lic-in-wake-of-covid-19>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). IMF adds liquidity line to strengthen Covid-19 response, 15 Apr. 2020f. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/04/15/pr20163-imf-adds-liquidity-line-to-strengthen-covid-19-response>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Transcript of IMF Press Briefing, 21 May 2020g. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/05/21/tr052120-transcript-of-imf-press-briefing>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). IMF Rapid Credit Facility (RCF), 9 Apr. 2020h. Disponível em: <[https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/02/21/08/Rapid-Credit-Facility#:~:text=The%20Rapid%20Credit%20Facility%20\(RCF,urgent%20balance%20of%20payments%20need](https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/02/21/08/Rapid-Credit-Facility#:~:text=The%20Rapid%20Credit%20Facility%20(RCF,urgent%20balance%20of%20payments%20need)>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). The IMF's Rapid Financing Instrument (RFI), 9 Apr. 2020i. Disponível em: <[https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/02/19/55/Rapid-Financing-Instrument#:~:text=The%20Rapid%20Financing%20Instrument%20\(RFI,diverse%20needs%20of%20member%20countries](https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/02/19/55/Rapid-Financing-Instrument#:~:text=The%20Rapid%20Financing%20Instrument%20(RFI,diverse%20needs%20of%20member%20countries)>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World economic outlook, April 2020: the great lockdown, Apr. 2020j. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World economic outlook update, June 2020k. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Transcript of press briefing by Kristalina Georgieva following a Conference Call of the International Monetary and Financial Committee, 27 Mar. 2020l. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/03/27/tr032720-transcript-press-briefing-kristalina-georgieva-following-imfc-conference-call>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World economic outlook update, June 2020m. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>>. Acesso em: 18 set. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Update, June 2020n. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>>. Acesso em: 18 set. 2020.

IZQUIERDO, A. et al. *Salir del Túnel Pandémico con Crecimiento y Equidad: una estrategia para un nuevo pacto social en América Latina y el Caribe*. Washington: IDB, 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/es/salir-del-tunel-pandemico-con-crecimiento-y-equidad-una-estrategia-para-un-nuevo-pacto-social-en-america-latina-y-el-caribe>>. Acesso em: 18 set. 2020.

PAGÉS, C. et al. *Del Confinamiento a la Reapertura: consideraciones estratégicas para el reinicio de las actividades en América Latina y el Caribe en el marco de la Covid-19*. Washington: IDB, 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/es/del-confinamiento-a-la-reapertura-consideraciones-estrategicas-para-el-reinicio-de-las-actividades-en-america-latina-y-el-caribe-en-el-marco-de-la-covid-19>>. Acesso em: 18 set. 2020.

THE GROUP OF TWENTY (G20). Communiqué. G20 Finance ministers & Central Bank governors, meeting 18 July 2020. Disponível em: <<https://g20.org/en/media/Documents/Final%20G20%20FMCBG%20Communiqu%C3%A9%20-%20July%202020.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Education: from disruption to recovery. Disponível em: <<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WORLD BANK. *Global Economics Prospects*. Washington: World Bank, 2020a. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WORLD BANK. How the World Bank Group is helping countries with Covid-19 (coronavirus), 2020b. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2020/02/11/how-the-world-bank-group-is-helping-countries-with-covid-19-coronavirus>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WORLD BANK. Debt service suspension and Covid-19, 11 May 2020c. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2020/05/11/debt-relief-and-covid-19-coronavirus>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WORLD BANK. Amid multiple crises, World Bank Group refocuses Programs and Increases financing to \$74 billion in fiscal year 2020, 10 July. 2020d. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/07/10/amid-multiple-crises-world-bank-group-refocuses-programs-and-increases-financing-to-74-billion-in-fiscal-year-2020>>. Acesso em: 18 set. 2020.

WORLD BANK. Covid-19: debt service suspension initiative, 19 June 2020e. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/debt/brief/covid-19-debt-service-suspension-initiative>>. Acesso em: 18 set. 2020.